

Programa Nacional de Incubação de Circuitos Econômicos Solidários – PRONICES

Versão 7.1

Euclides Mance

euclides.mance@solidarius.net

15/10/2023

Introdução

Este texto apresenta uma proposta de *política pública* para apoiar a *organização e consolidação de redes e circuitos de economia solidária*. Sua implementação contribui para a *democratização econômica* da sociedade, garantindo o *acesso a meios de produção, de circulação, de consumo e de crédito a comunidades econômicas solidárias*, que se organizem precipuamente para a *autogestão comunitária desses meios*, adotando as formas jurídicas que melhor convenham às circunstâncias e culturas locais para o seu funcionamento econômico e consolidação institucional.

Essa proposta une o *saber de experiência feito*, provado em práticas econômicas populares bem-sucedidas ao longo de várias décadas, e o *saber da ciência econômica*, numa perspectiva dialógica e libertadora. Para ter-se uma ideia dos impactos gerais e mecanismos de autossustentação dessa estratégia, veja-se o *Anexo 6*, em que são apresentados os dados da *Coop* (antiga *Cooperhodia*), no ABC paulista, que em 2021 obteve R\$ 2,7 bilhões de faturamento anual, contando com 950 mil cooperados ativos, 6 mil colaboradores diretos, 113 unidades de varejo, sendo 31 lojas de supermercado, 3 postos de combustíveis e 79 drogarias, posicionando-se como a 18ª. rede de varejo no ranking da Associação Brasileira de Supermercados. Somente em 2021 a Coop distribuiu mais de R\$ 12 milhões de reais em sobras aos cooperados.

O que o presente Programa possibilita é não apenas replicar nacionalmente experiências bem-sucedidas desse tipo, mas conectá-las em uma *rede nacional de comunidades econômicas solidárias*, potencializando sua capacidade de auto-organização em todos os municípios do país, com base em práticas institucionalizadas de *autogestão econômica comunitária*, contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável dessas comunidades e territórios.

O Programa de Incubação de Circuitos Econômicos Solidários pode ser implementado por governos nacionais, regionais ou locais, ou mesmo de forma autônoma por redes econômicas solidárias. Uma possível figura da sociedade civil para sua implementação e para a integração colaborativa dos circuitos criados pode ser uma *Associação Solidária para Autogestão Comunitária*, com abrangências nacional, regional, municipal ou simplesmente em nível de comunidade local, criando uma base institucional para as *ações integradas de colaboração econômica* desenvolvidas no Programa nestes diferentes níveis de associação.

Preliminares

Redes e Circuitos de Economia Solidária devem ser compreendidos no marco da *economia de libertação* – economia que se desenvolve, necessariamente, a partir da *práxis de libertação* dos atores e que considera esta práxis de maneira ampla em sua *integralidade*, não devendo retroalimentar qualquer forma de opressão ou dominação.

Por sua vez, os diferentes aspectos que condicionam as ações econômicas das pessoas, comunidades e sociedades devem ser considerados à luz das diferentes ciências particulares a que correspondam o seu tratamento sob o *Paradigma da Libertação*.

Os aspectos pedagógicos, sociológicos, psicológicos, antropológicos e filosóficos da práxis econômica da libertação, por exemplo, devem ser abordados respectivamente a partir da Pedagogia

da Libertação, da Sociologia da Libertação, da Psicologia da Libertação, da Antropologia da Libertação e da Filosofia da Libertação. Para isso, contamos com as contribuições de Paulo Freire, Orlando Fals Borda, Ignacio Martín-Baró, Alberto Vivar Flores, Arturo Roig e Enrique Dussel, entre muitas outras contribuições de tantos outros estudiosos da libertação, entre as quais incluo minhas próprias elaborações.

Mas a *economia da libertação* não é uma pedagogia, uma antropologia, uma sociologia, uma teologia, uma filosofia, etc., mas uma *economia*. Pois pode acontecer que a organização dos circuitos *econômicos* seja tratada mais como uma oportunidade para desenvolver ações de interesse cultural do que *ações econômicas* de caráter libertador, que requerem a própria crítica da cultura econômica e da prática concreta dos atores, sempre que estas sejam insustentáveis, opressivas ou dominadoras.

Desse modo, ao tratar dos Circuitos Econômicos Solidários, no horizonte da economia de libertação, devemos orientar a nossa reflexão para os aspectos *econômicos* da práxis de libertação, recorrendo ao *saber de experiência feito* das pessoas e comunidades e ao *saber das ciências* formais, naturais, humanas e sociais, necessários para tratar de aspectos pedagógicos, antropológicos, psicológicos, filosóficos, lógicos, matemáticos, econômicos, etc. que sejam requeridos para *problematizar* a práxis econômica em questão e formular *dialogicamente*, com os atores que participam do próprio processo, as melhores *soluções econômicas para o seu bem-viver*.

Quando se organiza e desenvolve circuitos econômicos, quatro aspectos fundamentais devem ser considerados: 1) consumo final e produtivo, 2) circulação e intercâmbio, 3) produção e reciclagem, e 4) crédito.

Um circuito econômico bem organizado integra estes *quatro momentos* do processo econômico como um todo, para promover o desenvolvimento sustentável e o bem-viver das pessoas, comunidades e sociedades. Nenhum deles pode ser desconsiderado para que o circuito econômico se consolide e os valores excedentes produzidos e/ou realizados colaborativamente no seu interior sejam canalizados para o bem associativo e para o bem público, no âmbito territorial da rede de circuitos em questão.

Para a sua organização, em geral, deve-se partir dos mapeamentos econômicos da própria realidade para definir a estratégia mais adequada para a sua criação e desenvolvimento. E a lógica básica é: 1) começar pela organização do *consumo final*, com formas colaborativas e solidárias de aquisição, por parte das pessoas e famílias, dos bens e serviços de que necessitam, e do *consumo produtivo*, com formas de aquisição colaborativas e solidárias, por parte dos empreendimentos, dos meios de produção de que necessitam para as suas atividades; 2) avançar na organização da *circulação do que é consumido* com a criação de empórios ou outros meios para agrupar e mediar as aquisições, nas formas de compras, trocas e doações; 3) constituir *fundos comunitários de investimento* com os excedentes obtidos nos empórios e com outras formas sustentáveis de captação de valores; 4) *desenvolver iniciativas* de produção solidária já existentes e/ou *apoiar a criação de novas iniciativas de economia solidária*, para a produção de meios de consumo e meios de produção que são consumidos na rede de circuitos e, portanto, necessários para o desenvolvimento econômico sustentável dos territórios e para o bem-viver das pessoas, famílias e comunidades.

1. Definições

Um **Circuito Econômico Solidário** é uma forma organizativa de economia solidária que conecta processos de consumo, intercâmbio, produção e crédito, autogestionados por uma comunidade, que possibilitam, mediante margens obtidas na atividade econômica realizada pelos membros do próprio circuito, constituir um Fundo Econômico Solidário, autogestionado pela comunidade para o

desenvolvimento socioeconômico dela mesma, particularmente por meio de investimentos em plantas e equipamentos de produção e de circulação e em atividades de formação e capacitação na modalidade de educação popular.

O **Programa Nacional de Incubação** compõe ações de formação, capacitação, assessoramento, subvenção de projetos, apoio material, monitoramento e avaliação com vistas à criação de Circuitos Econômicos Solidários, sua integração em redes colaborativas de economia solidária em nível local, regional e nacional e o desenvolvimento de sua capacidade de expandir-se e multiplicar-se de maneira sustentável e autogestionada nos diferentes contextos territoriais e culturais.

Ações de **libertação econômica** são atividades de consumo, intercâmbio (compra e venda, trocas, dar e receber), produção de bens e serviços, empréstimo e compartilhamento de valores que contribuem para *suprimir as privações econômicas sofridas pelas pessoas e comunidades* na realização de seu desenvolvimento humano e social e para *ampliar a sua disposição de meios de produção, de circulação e de crédito*, com vistas a produzir e distribuir os meios econômicos e culturais requeridos à expansão das liberdades públicas e privadas, eticamente exercidas, das pessoas e comunidades para a sustentável realização de seu bem-viver.

Um **Empório Solidário** é um empreendimento associativo na área de intercâmbio que facilita a integração das compras cotidianas das famílias, no qual elas podem comprar tudo o que comprariam em um supermercado convencional, mas também produtos ecológicos e solidários de produtores associados ao Circuito. Ele opera de maneira sustentável, econômica, ecológica e socialmente, alcança a sua sustentação e crescimento com as atividades que realiza no atendimento das necessidades da comunidade e destina parte dos *excedentes monetários* apurados ao Fundo Econômico Solidário do Circuito. Ele também facilita o intercâmbio não-monetário entre os associados, na forma de trocas e doações de *excedentes de produção*, evitando perdas aos produtores e consumidores. O Empório pode operar de vários modos: como *empório on line*, recebendo e totalizando os pedidos, comprando os produtos com ganhos de escala e realizando a entrega em domicílio; como uma *unidade de varejo*, similar às unidades da Coop no ABC paulista, com entrega dos pedidos em domicílio ou retirada local; como um supermercado da comunidade (*People's Supermarket*), onde as pessoas podem buscar os produtos de que necessitam e valer-se de outros serviços nesses mesmos locais; como um *barco armazém*, que a cada dia atraca em uma comunidade ribeirinha; como um *caminhão armazém* que a cada dia estaciona em uma nova comunidade nos sertões e periferias com toneladas de produtos; como *barraca de feira*, na qual as famílias retiram semanalmente os produtos demandados; ou como qualquer *ponto fixo* de Comercialização Solidária, entre outras soluções para a sua operacionalização.

O **Fundo Econômico Solidário** é um fundo comunitário, constituído com valores oriundos do Empório e de outros empreendimentos solidários que utilizam as plantas comunitárias de produção e de intercâmbio do Circuito, destinando-lhe um percentual do faturamento que realizam no atendimento das demandas dos associados. Os valores do Fundo são autogeridos pela própria comunidade, a fim de libertar suas forças de produção, de circulação e de crédito, com a criação de novos empreendimentos de economia solidária, para o atendimento das necessidades do Circuito Local e da Rede Nacional de Circuitos Econômicos Solidários.

Planta Multiuso de Produção é uma estrutura comunitária com equipamentos, ferramentas e utensílios básicos que podem servir à produção de diferentes bens e serviços, podendo ser usada de maneira compartilhada por vários empreendimentos e grupos de produção associados ao Circuito, em dias e horários previamente agendados. Pode haver, nas plantas produtivas, áreas diversas destinadas à produção ou beneficiamento de diferentes classes de produtos, por exemplo: uma para produtos alimentícios e outra para produtos de higiene e limpeza, de modo a preservar as condições de segurança dos ambientes em separado para os diferentes tipos de produção.

Planta Multiuso de Intercâmbio é uma estrutura com equipamentos necessários à realização de atividades de comércio, de trocas e de dádivas, a ser usada pelo Empório e também, de modo compartilhado, por outras iniciativas de intercâmbio associadas ao Circuito.

Planta Multiuso de Capacitação e de Atividades Comunitárias é um salão equipado que pode ser utilizado para atividades de educação e treinamento, assembleias de autogestão do Circuito, serviço de refeições, feiras de trocas e de doações, eventos artísticos e culturais e para outras reuniões e atividades comunitárias.

2. Objetivos

O Programa tem como objetivo a constituição de Circuitos Econômicos Solidários locais capazes de:

- promover a segurança alimentar e nutricional das famílias participantes;
- gerar postos de trabalho e distribuição de renda com a constituição de empreendimentos econômicos solidários autogestionados para o atendimento de necessidades das comunidades locais;
- constituir fundos de libertação econômica para investimentos em plantas de produção e de circulação de bens e serviços no atendimento das necessidades locais ou para o aperfeiçoamento de plantas já existentes;
- organizar empórios solidários, facilitando intercâmbios econômicos comunitários nas modalidades de compras e vendas, trocas e doações que assegurem o abastecimento da comunidade no atendimento de suas próprias necessidades, promovendo o desenvolvimento de suas capacidades produtivas;
- realizar atividades de educação econômica para o consumo sustentável, o comércio justo, a produção associativa, o crédito solidário e a autogestão comunitária;
- realizar atividades de capacitação específicas e formação profissional relacionadas à produção de bens e serviços que atendam às necessidades dos associados do Circuito e da comunidade em geral;
- realizar o desenvolvimento territorial sustentável sob os aspectos ecológico, econômico e social, com a constituição de comunidades econômicas autogestionadas, legalmente constituídas na forma de associações, cooperativas ou de outras figuras jurídicas que lhes sejam apropriadas;
- constituir uma rede nacional de circuitos econômicos solidários e interconectar seus fluxos econômicos de consumo, intercâmbio, produção e crédito solidário;
- criar e gerenciar uma *plataforma on line de economia solidária*, que facilite: o desenvolvimento e a multiplicação dos circuitos econômicos solidários em todo o país; a interconexão de seus fluxos econômicos, conectando demanda, intercâmbio e produção; a autogestão compartilhada de seus fundos, para investimentos conjuntos em plantas de produção e circulação; e atividades de capacitação, desenvolvimento e apropriação tecnológica, levando em conta as diferentes realidades de cada circuito econômico solidário, seu contexto territorial e a cultural local.

3. Público

O Programa se destina *preferencialmente* a:

- beneficiários dos programas de transferência de renda;
- agricultores familiares, assentamentos da Reforma Agrária, comunidades indígenas e quilombolas;
- empreendimentos de economia solidária, urbanos e rurais;

- comunidades periféricas urbanas;
- associações comunitárias (associações de moradores, associações de bairros e congêneres);
- sindicatos de trabalhadores;
- jovens aprendizes e estudantes universitários.

4. Método

O Programa desenvolve a incubação de Circuitos Econômicos Solidários com as seguintes etapas:

1. capacitação a distância (ou por outras formas) dos interessados, para a elaboração do projeto de incubação a ser enviado à equipe técnica do Programa;
2. assessoramento a distância na elaboração do projeto enviado, mediante sua avaliação e devolução para reelaboração pelo proponente, com orientações para os ajustes necessários;
3. seleção dos projetos a serem incubados, considerando os indicadores de impacto socioeconômico e de sustentabilidade do circuito a ser criado;
4. constituição da pessoa jurídica do Circuito pela comunidade local para o conveniamento do projeto;
5. transferência de recursos não-reembolsáveis à pessoa jurídica do Circuito, em parcelas, para a execução do projeto anteriormente aprovado;
6. possível cessão de uso de instalações públicas, ociosas ou subutilizadas, para os empórios e plantas de produção e de intercâmbio do Circuito, conforme acordo com os órgãos públicos locais, pelo período de execução do projeto;
7. monitoramento da execução, mediante análise de relatórios periódicos e visita técnica aos circuitos a serem escolhidos por amostragem, por sorteio e por inconsistência na documentação apresentada de execução;
8. integração do Circuito em rede econômica com outros circuitos, em níveis regional e nacional através de uma plataforma comum de tecnologia da informação, autogestionada por eles mesmos, facilitando o seu desenvolvimento e consolidação;
9. estabelecimento das instalações próprias do Circuito, conforme as exigências legais, com alvará de funcionamento para as atividades de produção, intercâmbio e capacitação nas plantas multiuso;
10. autossustentação do Circuito com os resultados apurados de suas atividades econômicas;
11. avaliação de impactos e finalização do convênio com o término dos repasses previstos no projeto aprovado e restituição de instalações públicas provisoriamente cedidas, caso tal cessão tenha ocorrido.

5. Avaliação de Impactos

Envio de Relatório de Finalização do Convênio, indicando os impactos alcançados e o quadro de execução financeira, aprovado em Assembleia do Circuito e firmado pela Coordenação e Conselho Fiscal do Circuito e pelas pessoas jurídicas que apoiaram a criação do Circuito e subscreveram o projeto enviado. Em caso de dúvidas sobre a execução financeira e impactos informados, serão solicitados documentos adicionais e auditorias poderão ser realizadas.

6. Formulário para Apresentação do Projeto de Incubação

Os dados do formulário e dos anexos deverão ser introduzidos na Plataforma PRONICES para verificação de consistência do projeto, facilitando a sua elaboração e avaliação. Com a introdução dos dados, o programa efetua automaticamente os cálculos necessários, cruza e transporta informações de uma tabela a outra e gera os quadros de resultados.

As páginas de apresentação, com dados da equipe proponente, relação de futuros associados e de entidades que apoiam o projeto, com as respectivas assinaturas, devem ser fotografadas ou escaneadas e enviadas como arquivo anexo ao projeto.

OBS: Esse formulário e os seus anexos devem sofrer ajustes até a versão final dessa proposta, podendo ser igualmente formatados como planilha de cálculo para facilitar o seu prévio preenchimento *off-line*.

1. *Nome Provisório do Circuito*

2. *Relação dos Futuros Associados.*

Para as pessoas físicas, informar nome e CPF (ou NIS) de todas elas e o número de famílias (unidades domésticas domiciliares) que elas compõem em seu conjunto. Para empreendimentos econômicos solidários, informar nome do empreendimento, CNPJ ou documento dos responsáveis e número de participantes das iniciativas em seu todo (Anexo 1).

3. *Lista dos Produtos a serem Oferecidos no Empório* com o preço médio estimado de cada item (Anexo 2)

OBS: Os produtos a serem oferecidos tanto podem atender às necessidades de consumo das famílias como as necessidades de insumos e de outros materiais consumidos pelos empreendimentos associados em suas atividades de produção de bens e serviços.

4. *Previsão de Compras das Famílias e dos Empreendimentos no Empório*, em valor total discriminado por produtos (Anexo 2)

OBS: o volume de compras das famílias e dos empreendimentos associados deve ser suficiente para alcançar a sustentação do Empório, de modo a que ele possa funcionar sem prejuízo (Anexo 4).

5. *Relação de Fornecedores Associados e não-Associados ao Circuito* que podem ser acionados para o abastecimento do Empório, visando assegurar a oferta dos produtos a serem comprados pelas famílias e empreendimentos (Anexo 3)

6. *Margem do Faturamento Total do Empório a ser Destinada ao Fundo Econômico Solidário do Circuito*, conforme Plano de Sustentabilidade do Empório (Anexo 4, item G)

7. *Modalidade de Empório Escolhida*

Selecionar uma ou mais opções:

- Empório On line
- Supermercado Popular
- Barco Empório
- Caminhão Baú
- Barraca de Feira
- Outro (especificar)

8. *Investimento Inicial Total Solicitado no Projeto e Contrapartida Oferecida*, conforme Plano de Investimento (Anexo 5)

9. *Prazo de Retorno do Investimento* com a margem obtida sobre o faturamento do Empório e contribuições pelo uso das instalações por empreendimentos e grupos do Circuito, conforme o Plano de Investimento (Anexo 5, item J)

10. *Tipo de Planta Escolhida*

- nenhuma (será usado espaço disponibilizado por associados do Circuito)
- planta de intercâmbio (comércio, trocas e doações)
- planta de produção de bens e serviços
- planta de capacitação
- planta híbrida (produção, intercâmbio e capacitação)

11. *Tipo de Investimento*

- construção
- reforma
- máquinas, equipamentos, ferramentas e utensílios novos
- conserto de máquinas, equipamentos e ferramentas usadas

OBS: O titular do imóvel ou das máquinas, equipamentos, ferramentas e utensílios deve ser a mesma pessoa jurídica do Circuito ou haver termo de cessão de uso ao Circuito pelo período de recuperação, no Fundo Econômico Solidário, do valor total neles investido conforme o projeto conveniado (recurso solicitado e contrapartida) e prever também, em caso do cedente ser pessoa privada, a indenização ao Circuito pelas benfeitorias realizadas no imóvel e nos bens móveis, temporariamente cedidos, que permaneçam com o proprietário após a cessão de uso, descontada a sua depreciação.

12. *Detalhamento da Planta a ser Instalada ou Reformada e seu Uso Compartilhado* (Anexo 5)

No anexo 5, caso o projeto preveja a instalação ou reforma de alguma planta multiuso, informar:

- o croqui geral da planta a ser instalada ou reformada e endereço de sua localização;
- áreas de intercâmbio, produção e/ou capacitação que o projeto inclua;
- empreendimentos ou grupos de associados que farão inicialmente uso das instalações produtivas, de intercâmbio e de capacitação;
- produtos, volumes e valores a serem processados na área de produção;
- número de pessoas que atuará na produção;
- o custo fixo da planta produtiva e a contribuição dos empreendimentos e grupos para a sua cobertura e para o Fundo Econômico Solidário do Circuito;
- o número de pessoas que atuará em atividades de intercâmbio que não sejam as do Empório;
- os produtos oferecidos na planta de intercâmbio por outros empreendimentos que não o Empório;
- a quantidade de horas de uso mensal da planta de intercâmbio por esses empreendimentos;
- a contribuição deles para a cobertura do custo fixo da planta de intercâmbios e para o Fundo Econômico Solidário do Circuito.

OBS: Os croquis aprovados passarão a compor um banco público, para facilitar a sua replicação ou modificação na elaboração de projetos de novos Circuitos.

13. *Plano de Sustentabilidade do Empório*

No Anexo 4, informar os dados do investimento inicial, custo fixo, custo do trabalho e custo de comercialização do Empório, conforme orientado no curso de capacitação. Com esses e outros

dados, informados anteriormente, será composto o quadro de Demonstração de Resultados e encontrado o Ponto de Equilíbrio do Empório – situação em que ele não apresenta excedentes nem perdas.

Caso o consumo realizado pelo número previsto de famílias associadas seja insuficiente para sustentar o Empório, alterações deverão ser feitas, aumentando-se o número de famílias associadas ou reduzindo-se custos do Empório, para alcançar a sua sustentação.

14. Descrição da Operacionalização do Empório

Explicar como será o funcionamento do empório, descrevendo os processos e atividades com respeito aos fornecedores e consumidores, a formação para novos associados, a recepção dos produtos, atendimento dos pedidos, entrega dos produtos, formas de pagamento, de trocas ou de doações etc.

15. Pessoas Jurídicas que Apoiam a Organização do Circuito e que tipo de apoio pretendem dar

Relacionar sindicatos, cooperativas, dioceses, paróquias, associações de moradores, condomínios, ONGs, Universidades e outras instituições que apoiam o projeto e descrever como esse apoio será concretizado.

16. Relação de Membros da Equipe Proponente.

Informar nome e CPF (ou NIS) dos membros da equipe proponente que responderá pelo Projeto até a criação da pessoa jurídica do Circuito, pessoa jurídica essa que firmará então o convênio para a recepção dos recursos e assumirá a responsabilidade pela sua execução e conclusão.

Anexos

Anexo 1 – Relação dos/as Associados/as (consumidores/as e/ou produtores/as)*

A – Número de Pessoas Físicas Associadas: _____

B – Número total de famílias que elas compõem: _____

C – Número de Empreendimentos Econômicos Solidários associados: _____

D – Número total de participantes desses empreendimentos: _____

N.	Nome do/a Associado/a	CPF / CNPJ	Assinatura
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			

* Usar quantas folhas forem necessárias, dando continuidade à sequência numérica.

C – Fluxo de Compras e Vendas e Margens do Empório *

	Aspecto	Valor	%
1	Previsão de Compra Mensal Total das Famílias (Quadro A)		
2	Previsão de Compra Mensal Total dos Empreendimentos (Quadro B)		
3	Receita Operacional Mensal Prevista do Empório (1+2)		100
4	Margem Mensal a ser obtida com Venda às Famílias (Quadro A)		
5	Margem Mensal a ser obtida com Venda aos Empreendimentos (Quadro B)		
6	Margem Total Mensal Prevista (4+5)		
7	Custo Total Mensal dos Produtos (3 – 6)		

* Os percentuais são calculados com base na Receita Operacional Prevista.

Anexo 3 – Relação de Possíveis Fornecedores para os Diferentes Produtos

A – Lista de Fornecedores *

Número	Fornecedor	Documento	Associado do Circuito S = Sim N = Não
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			

* Usar quantas folhas forem necessárias, dando continuidade à sequência numérica.

Anexo 4 – Plano de Sustentabilidade do Empório

Os quadros abaixo são um exemplo hipotético. Elimine, altere e inclua os dados do investimento fixo, custo fixo, custo de trabalho e custo de comercialização conforme a realidade do projeto a ser apresentado, como orientado na capacitação.

OBS: Somente serão aprovados para submissão projetos que apresentem um excedente líquido maior que 5%.

A – Investimento Fixo

Item	Quant.	Valor Unitário	Vida Útil	Total
Reforma das Instalações	1	10.000,00	10	10.000,00
Balcão frigorífico	4	2.000,00	10	8.000,00
Freezers	3	1.200,00	10	3.600,00
Prateleiras e Gôndolas	1	5.000,00	5	5.000,00
Carrinhos	12	150,00	10	1.800,00
Balança Comum	2	120,00	5	240,00
Balança Eletrônica	2	35,00	5	70,00
Caixa Registradora	1	150,00	5	150,00
Utensílios em geral	1	2.600,00	5	2.600,00
Veículo utilitário usado	1	15.000,00	10	15.000,00
Total				46.460,00

B – Custo Fixo

Item	Quant.	Valor	
		Unitário	Total
Depreciação de Ativos Fixos	1	454,33	454,33
1 Contribuição para a Cobrir o Custo Fixo da Planta de Intercâmbio (referente a aluguel e taxas, energia elétrica, água, telefone e Internet)	1	1.405,67	1.405,67
2 Honorários do Contador	1	300,00	300,00
3 Material de Consumo (embalagens)	1	290,00	290,00
4 Gastos Gerais (limpeza, impressos, etc)	1	180,00	180,00
5 Material de Formação / Comunicação	1	50,00	50,00
Total			2.680,00

C – Custo do Trabalho

Item	Quant.	Valor Unitário	Total
Atendimento a clientes	1	2.000,00	2.000,00
Atendimento a fornecedores	1	2.000,00	2.000,00
Educação e Comunicação	1	1.000,00	1.000,00
Informática e Base de Dados	1	1.000,00	1.000,00
Total			6.000,00

D – Custo de Comercialização*

Item	%
Impostos	5%
Materiais de Manutenção e Comunicação	1%
Total	6%

* Inclua aqui em percentuais sobre a receita operacional os custos que aumentam ou diminuem conforme aumente ou diminua o faturamento, exceto custos com produtos.

E – Quadro de Resultados

N.	Item	Valor	%
1	Receita Operacional Mensal Prevista (Anexo 2, Quadro C, 3)		100
2	Custo de Materiais Diretos (Anexo 2, Quadro C, 7)		
3	Custo de Comercialização (Anexo 4, item D)		
4	Custo Fixo (Anexo 4, item B + Anexo 4, item C)		
5	Custo Total (2+3+4)		
6	Excedente Líquido (1-5)		
7	Margem de contribuição [1-(2+3)]		
8	Ponto de Equilíbrio [4/(7/1)]		

F – Número de Famílias Requerido para Sustentar o Empório, na Ausência de Compras dos Empreendimentos

O número necessário de famílias associadas para sustentar o Empório com seu consumo mensal, na ausência de compra dos empreendimentos é: _____ [Ponto de Equilíbrio do Empório / (Previsão de Compra Mensal Total das Famílias [Anexo 2, Quadro C, 1] / Número Total de Famílias Associadas [Anexo 1, B])].

G – Contribuição Mensal do Empório para o Fundo Econômico Solidário *

Em percentual sobre a Receita Operacional : _____ %

Em reais conforme o projeto apresentado: R\$ _____

* O percentual sobre a Receita Operacional não pode ser maior que o do Excedente Líquido do Empório.

F – Investimento Inicial Total

Investimento Inicial	Valor
Planta de Produção (anexo 5, item C)	
Planta de Intercâmbios (anexo 5, item D)	
Planta de Capacitação e Eventos Comunitários (anexo 5, item E)	
Total	R\$

G – Custo Fixo Mensal Referente às Plantas de Produção, Intercâmbio, Capacitação e Eventos Comunitários*

N.	Item	Planta de Produção	Planta de Intercâmbio	Planta de Capacitação	Total
1	Aluguel e taxas				
2	Energia elétrica				
3	Água				
4	Telefone e Internet				
5	Depreciação				
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
	Total	R\$	R\$	R\$	R\$

* Alterar e incluir os itens conforme a realidade do projeto. Usar quantas folhas forem necessárias, dando continuidade à sequência numérica.

H – Cobertura de Custos Fixos das Plantas Multiuso

Empreendimentos	Cobertura Mensal Prevista do Custo Fixo
Empório do Circuito (anexo 4, item B-1)	R\$
Outros empreendimentos de Intercâmbio (anexo 5, item B)	R\$
Empreendimentos de Produção (anexo 5, item B)	R\$
Outros (Contribuições pelo uso da planta educativa, etc.)	R\$
Total	R\$

I – Entradas Mensais para o Fundo Econômico Solidário

Empreendimentos	Contribuição Mensal para o Fundo Solidário
Empório do Circuito (anexo 4, item G)	R\$
Outros Empreendimentos de Intercâmbio (anexo 5, item B)	R\$
Empreendimentos de Produção (anexo 5, item A)	R\$
Total	R\$

J – Prazo de Retorno do Investimento em Meses

O Retorno do Investimento em Meses corresponde ao Valor Total do Investimento Inicial (Anexo 5, item F) dividido pela Contribuição Mensal Total para o Fundo Solidário (Anexo 5, item I)

Retorno do Investimento em Meses: _____ meses

Anexo 6 – Coop: Cooperativa de Consumo, Santo André – ABC Paulista

Fundada em 1954 por trabalhadores e trabalhadoras do Grupo Rhodia, em Santo André, essa cooperativa de consumo expandiu-se na década 1970, criando um hipermercado e unidades em São Bernardo e São Caetano do Sul. Em 1976 alterou o Estatuto Social possibilitando a qualquer pessoa tornar-se cooperada.



Em 2021 ela alcançou 950 mil cooperados ativos, 6 mil colaboradores diretos, 113 unidades de varejo, sendo 31 lojas de supermercado, 3 postos de combustíveis e 79 drogarias, posicionando-se como a 18ª. rede de varejo no ranking da Associação Brasileira de Supermercados, com o faturamento anual de R\$ 2,7 bilhões.

Cooperados

Registramos, em 2021, mais de 138 mil novas associações – um crescimento de 5% sobre o ano anterior – acumulando 658 mil associações ao longo dos últimos 10 anos.

Base
ativa de
949.386



Aproximadamente **950 mil cooperados** realizaram compras nas unidades, num total de **mais de 1 milhão de clientes** que fizeram compras em nossas lojas em 2021.

Fonte: <https://www.portalcoop.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio.pdf>

Com respeito aos valores revertidos aos cooperados em 2020, registra-se R\$ 18,5 milhões em sobras retornadas, R\$ 14 milhões em descontos exclusivos e R\$ 2,7 milhões em Auxílio Funeral. Por sua vez, com respeito às doações realizadas em 2021, tem-se R\$ 540 mil em patrocínios a instituições beneficentes, R\$ 688 mil no programa Troco do Bem e Revista Coop e doações de alimentos no total de 838 toneladas (sendo 567 toneladas distribuídas + 271 toneladas para o Mesa Brasil).

No ano de 2021 foram realizados investimentos na ordem de R\$ 65 milhões em tecnologia, inovação e melhoria, investimento em manutenção, novas unidades e reformas.

Investimentos

PROJETO DE INVESTIMENTO	NOTA	VALOR REALIZADO MILHARES DE REAIS	% PARTICIPAÇÃO DO INVESTIMENTO REALIZADO
TECNOLOGIA+ INOVAÇÃO E MELHORIA	CICLO DE VIDA EQUIPAMENTOS+ INFRAESTRUTURA DE TII+ IMPLANTAÇÃO NOVO ERP	38.077	58,3%
INVESTIMENTO EM MAUTENÇÃO	CICLO DE VIDA DE EQUIPAMENTOS+ INFRAESTRUTURA- DIVERSAS UNIDADES	13.549	20,7%
NOVAS DROGARIAS	DROGARIAS BIG+ DC2+ DJR+ DAM+ DAF	8.635	13,2%
REFORMAS	DROGARIAS/UT/HA/CP/ST/PE	5.105	7,8%
TOTAL		65.366	100,0%

Fonte: <https://www.portalcoop.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio.pdf>

O quadro abaixo apresenta um extrato das demonstrações do resultado em 31/12/2020 e 2021, mostrando uma sobra bruta (total de vendas menos custo total de mercadorias) em torno de R\$ 650 milhões em 2021 e uma sobra líquida nesse mesmo ano de mais de R\$ 12,6 milhões.

EXTRATO DAS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31/12/2020 E 2021 (em milhares de reais)

	Consolidado				
	2020	% AV	2021	% AV	% AH
Ingressos /receitas líquidas	2.462.290	100,0%	2.505.761	100,0%	1,77%
Dispêndios /custos com mercadorias	(1.843.812)	-74,9%	(1.855.367)	-74,0%	0,6%
Sobra /lucro bruto	618.478	25,1%	650.395	26,0%	5,2%
Dispêndios /despesas adm /oper	(545.589)	-22,2%	(580.843)	-23,2%	6,5%
Demais ingressos /receitas	59.406	2,4%	30.030	1,2%	-49,4%
Depreciação /amortização adm /oper	(68.812)	-2,8%	(61.560)	-2,5%	-10,5%
Sobras /lucros antes do resultado financeiro	63.483	2,6%	38.022	1,5%	-40,1%
Ingressos /receitas financeiras	55.686	2,3%	3.266	0,1%	-94,1%
Dispêndios/despesas financeiras	(18.832)	-0,8%	(26.924)	-1,1%	43,0%
Juros s /capital	(27.808)	-1,1%	-	0,0%	100,0%
Resultados financeiros	9.046	0,4%	(23.659)	-0,9%	-361,5%
Equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	-
Sobras /lucros antes do IRPJ /CSLL	72.529	2,9%	14.363	0,6%	-80,2%
IRPJ/CSLL correntes	(31.228)	-1,3%	(3.921)	-0,2%	-87,4%
IRPJ/CSLL diferidos	(1.909)	-0,1%	4.434	0,2%	-332,3%
Imposto de renda e contribuição social	(33.137)	-1,3%	513	0,0%	-101,5%
Sobras /lucros antes das destinações e transferência legais e estatutárias	39.392	1,6%	14.876	0,6%	-62,2%
Transferências de dispêndios para RATES	2.129	0,1%	6.985	0,3%	228,1%
Transferência de dispêndios para fundo de expansão e benfeitorias	9.773	0,4%	9.173	0,4%	-6,1%
Sobras /lucros antes das destinações legais e estatutárias	51.294	2,1%	31.034	1,2%	-39,5%
Transferência para reserva legal	(4.282)	-0,2%	(1.769)	-0,1%	-58,7%
Transferência para RATES	(10.611)	-0,4%	(14.228)	-0,6%	34,1%
Fundo de expansão e benfeitorias	(17.860)	-0,7%	(2.437)	-0,1%	-86,4%
Sobras líquidas à disposição da A.G.O	18.540	0,8%	12.600	0,5%	-32,0%
Participação controladora	18.540	0,8%	12.600	0,5%	-
Participação não controladora	-	0,0%	-	0,0%	-

Fonte: <https://www.portalcoop.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio.pdf>

Não obstante o potencial dessa estratégia, no Brasil em 2018 havia somente 205 cooperativas de Consumo, com 1.991.152 cooperados, assim distribuídas no país: Sudeste, 123 cooperativas com 1.687.904 cooperados (84,8%); Sul, 21 cooperativas com 290.587 cooperados (14,6%), Norte 18 cooperativas com 4.711 cooperados (0,2%), Nordeste 31 cooperativas com 4.262 cooperados (0,2%) e Centro-Oeste, 12 cooperativas com 3.688 cooperados (0,2%).

Embora o estado de São Paulo tenha apenas 26 cooperativas desse total, em 2018 elas tiveram um faturamento de R\$ 3,32 bilhões, alcançaram um patrimônio líquido de R\$ 690,5 milhões, seu endividamento alcançava a 48% dos ativos e seu Capital Social somava R\$ 269,36 milhões, com um crescimento de 46% nos últimos cinco anos.

Do ponto de vista de seu posicionamento junto à sociedade, a Coop se concentra nos chamados 3C's: *convivência* – “forma calorosa e acolhedora de construir relações próximas e de fazer as coisas juntos”; *conveniência* – “variedade de produtos e soluções disponibilizadas em todos os pontos de contato e que ajudam os cooperados e clientes a resolverem tudo num único lugar”; *consciência* – “contribuir para que as pessoas consumam de forma mais consciente, sem esquecer que as iniciativas sociais da Coop já contribuem para a transformação das comunidades onde atua.”

Fontes dos Dados Citados nesse Anexo

<https://www.portalcoop.com.br/o-que-e-coop/>

<https://www.portalcoop.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio.pdf>

https://www.sistemaocespp.coop.br/arquivos/imagens/jornalismo/7796_442354_20210322220928.pdf

<https://www.savarejo.com.br/detalhe/reportagens/coop-faturou-r-27-bi-em-2021-comercio-eletronico-e-uma-das-apostas-neste-ano>

<https://www.abras.com.br/clipping/redes-de-supermercados/71855/coop-revitaliza-marca-de-olho-na-expansao-dos-negocios>

Referências Bibliográficas

Os impactos potenciais dessa proposta podem ser analisados a luz dos seguintes documentos.

MANCE, Euclides. *Transitando das economias de opressão às economias de libertação no Brasil*. Curitiba: Solidarius, 2021

_____. Circuitos económicos del capital y circuitos económicos solidarios. *Revista Economía*, [s.l.], vol. 72, N. 116, p. 13-27, 2020. Disponível em: <https://revistadigital.uce.edu.ec/index.php/ECONOMIA/article/view/2616>. Acesso em 19/01/2021

_____. *Circuiti Econimici Solidale – Economia Solidale de Liberazione*. Pioda, Roma, 2017

_____. Liberación Económica y Circuitos Económicos Solidarios. In: Los desafíos de la inclusión en las ciudades educadoras. *Cuaderno de Debate*, N. 6, p. 35-42. Rosario: Asociación Internacional de Ciudades Educadoras (AICE), 2021

_____. *Circuitos Económicos Solidarios y Construcción de la Economía de Liberación*. [Apresentações]. FLACSO. República Dominicana, 16-17/01/2020. Disponível em: <http://euclidesmance.net/wp/index.php/apresentacoes/>. Acesso em: 08/09/2021

_____. *Debemos avanzar en la organización de circuitos económicos solidarios*. [Entrevista a Blanca Crespo]. 24/06/2020. Disponível em: <https://www.lamarea.com/2020/06/24/euclides-andre-mance-debemos-avanzar-en-la-organizacion-de-circuitos-economicos-solidarios/>. Acesso em: 08/09/2021

MANCE, Euclides; ARRUDA, Marcos; TINEO, Nicolás; VALADEZ, Celina; FAGANELLO, Maria; MARTINS, Juliano. *Experiencias Económicas Autogestionarias en América Latina y el Caribe*. Setembro, 2020. Disponível em:

https://jubileusul.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Investigacion-Deuda-y-Circuitos-Economicos-Solidarios-final2-_Version-20-Jun-21.pdf. Acesso em: 11/12/2021